



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — AZ/JA/RV



Processo nº: 12.078/11 (c)
Apenso nº: 010.001.413/06
Origem: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF
Assunto: Tomada de Contas Especial
Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT
Advogado: Dr. Arnaldo Botelho Barbosa (OAB/DF nº 15.964)
Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)
Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão de sua passagem para a inatividade. Não houve mudança de domicílio. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 6.696/11-CRCC). Apresentação de razões de defesa. Procedência das respostas ofertadas pelos dirigentes e improcedência da apresentada pelo servidor militar beneficiário, irregularidade de suas contas, imputação de débito e aplicação da pena de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital (Decisão nº 210/14-CPM e Acórdãos nºs 44/14 e 45/14). Interposição de Recurso de Reconsideração. A Instrução sugere o conhecimento do apelo no efeito suspensivo. VOTO de acordo com o Corpo Técnico.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao 1º SGT BM RRm Mário Carlos Cabral, em razão da sua passagem para a inatividade.

2. A Comissão de Tomada de Contas Especial, verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo no valor de R\$ 11.839,54 (valor original), conforme Relatório de TCE nº 130/2010 – DIEXE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — AZ/JA/RV



II/SUTCE/CGDF (fls. 224/232 do processo apenso).

3. Por meio do Certificado de Auditoria nº 41/2011-CONTROLADORIA (fl. 260 do processo apenso), o Controle Interno atestou a irregularidade das contas.

4. O Tribunal, na Sessão realizada em 28.01.2014, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 210/14-CPM (fl. 147), **in verbis**:

DECISÃO Nº 210/14-CPM

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das defesas apresentadas pelo Cel. QOBM Sebastião Liparizi de Carvalho e pelo Ten. Cel. QOBM R.Rm José de Oliveira Rocha Filho (fls. 57/71 e 72/96) para, no mérito, considerá-las procedentes; II. considerar revel o 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral, por não ter comparecido aos autos, apesar de regularmente citado; III. julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas especiais em apreço; IV. notificar o 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral para recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 81.477,91 (valor em 14.9.2012), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03; V. autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94; VI. aplicar ao 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos; VII. aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VIII. autorizar o encerramento da sindicância instaurada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face da determinação constante do inciso III, alínea “a”, da Decisão nº 6.696/11; IX. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.”

5. Em decorrência do decidido, foram expedidos os Acórdãos nºs 44/14 e 45/14 (fls. 148/149).

6. Cientificado dos termos da deliberação suso transcrita, o 1º SGT BM RRm Mário Carlos Cabral (beneficiário do pagamento indevido), por meio de seu representante legal, interpôs Recurso de Reconsideração de fls. 171/183.



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

7. A Unidade Técnica, por meio da Informação nº 160/2014 – SECONT/GAB (fls. 184/186), analisa a admissibilidade do apelo nos termos seguintes:

*“3. Inconformado, o Sr. **Mário Carlos Cabral**, por meio de seu representante legal (fls. 160), interpôs embargos de declaração, cujo mérito não foi provido (Decisão nº 1729/2014 – fls. 165). Posteriormente, o indigitado senhor, novamente por meio de seu advogado, protocolou nesta Corte o recurso de reconsideração de fls. 171/183 contra os termos da Decisão nº 210/2014 e de seus respectivos Acórdãos nºs 044 e 045/2014 (fls. 147/149).*

4. Sobre a admissibilidade do recurso, este merece ser admitido, haja vista atender aos pressupostos da tempestividade¹ e da legitimidade, além de indicar as razões que, ao modo de entender do recorrente, teriam o condão de levar a Corte a rever suas deliberações.”

8. Concluindo, o Corpo Técnico sugere o conhecimento do recurso no efeito suspensivo.

É o Relatório.

¹ Considerando a data de recebimento do Ofício nº 3249/2014 – GP (fls. 167), informando o inteiro teor da Decisão nº 1729/2014, em 09/05/2014, e a data de ingresso do recurso no protocolo desta Corte em 19/05/2014 (fls. 171).



VOTO

Tendo em vista que o recurso interposto atende aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. conheça do Recurso de Reconsideração interposto pelo 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral (beneficiário do pagamento indevido), em face da Decisão nº 210/14-CPM e dos Acórdãos nºs 44/14 e 45/14, conferindo-lhe efeito suspensivo, consoante estabelece o art. 34 da Lei Complementar nº 1/94¹ c/c com o art. 189 do Regimento Interno do TCDF²;

II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao recorrente e ao seu representante legal, conforme estabelece o art. 4º, § 2º da Resolução nº 183/07³;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para o competente exame de mérito do recurso interposto, na forma do parágrafo 1º do artigo 189 do Regimento Interno do TCDF⁴, na redação que lhe deu a Emenda Regimental nº 19/06.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

¹ Art. 34. O recurso de reconsideração, que terá efeito suspensivo, será apreciado por quem houver proferido a decisão recorrida, e será formulado por escrito uma só vez, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista no art. 31 desta Lei.

² Art. 189. O recurso de reconsideração e o pedido de reexame, que terão efeito suspensivo, poderão ser apresentados por escrito, uma só vez, no prazo de trinta dias do conhecimento ou da publicação oficial do acórdão ou da decisão, pelo responsável ou seus sucessores e interessado, ou pelo Ministério Público, devolvendo ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada.

³ Art. 4º - Na instrução de admissibilidade do recurso, dever-se-á verificar se foram observadas as exigências legais e regimentais, especialmente quanto à legitimidade da parte recorrente, à tempestividade, bem assim ao disposto no artigo 33, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1/94. [...]

§ 2º A decisão que admitir ou não o recurso será comunicada aos interessados, bem assim à autoridade administrativa responsável, para ciência, inclusive quanto ao efeito suspensivo, quando for o caso.

⁴ § 1º Quando em fase de exame de mérito, os recursos de que trata este artigo deverão ser distribuídos, mediante sorteio, a Relator diverso daquele que houver relatado o processo originário e, se vencido, do condutor da decisão recorrida.